REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 33 No. 3 Setembro – Dezembro 2020
Edição Especial: Gestão de Acervos Arqueológicos

ARTIGO

ACERVOS ARQUEOLÓGICOS:

RELEVÂNCIAS, PROBLEMAS E DESAFIOS DESDE SEMPRE E PARA SEMPRE

Maria Cristina Oliveira Bruno*

RESUMO

A abordagem sobre acervos arqueológicos, neste texto, está pautada pela problematização referente à longevidade dos acervos e suas implicações histórico-culturais para as sociedades que são responsáveis pelas suas constituições, manutenções e preservações, com projeção especial sobre algumas questões brasileiras na contemporaneidade e ainda no que corresponde às responsabilidades curatoriais.

Palavras-chave: acervo; longevidade; curadoria.

* Museóloga, Professora Titular em Museologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, onde coordena o Programa de Pós-Graduação em Museologia.

E-mail: mcobruno@uol.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2172-9071>.

ARCHAEOLOGICAL COLLECTIONS:

RELEVANCES, PROBLEMS AND CHALLENGES FROM EVER AND FOREVER

ABSTRACT

The approach to archaeological collections, in this text, is guided by the problematization related to the longevity of the collections and their historical-cultural implications for the societies that are responsible for their constitutions, maintenance, and preservations, with special projection on some Brazilian issues in the contemporary and still that corresponds to the curatorial responsibilities.

Keywords: collection; longevity, curatorship.

COLECCIONES ARQUEOLÓGICAS:

RELEVANCIAS, PROBLEMAS Y RETOS DE SIEMPRE

RESUMEN

En este trabajo el abordaje de las colecciones arqueológicas está guiado por la problematización relacionada con la longevidad de las colecciones y sus implicaciones histórico-culturales para las sociedades que son responsables de su constitución, mantenimiento y preservación, con especial proyección sobre algunas cuestiones brasileñas en la actualidad, así como en lo que concierne a las responsabilidades curatoriales.

Palabras clave: colección; longevidad; curaduría.

APRESENTAÇÃO

E estamos esperando até hoje. Enquanto isso as jazidas pré-históricas continuam à mercê do vandalismo e do extermínio. O mesmo destino das matas e florestas, arrasadas para o fabrico do carvão; o mesmo destino dos animais selvagens, dizimados pelos caçadores mais selvagens do que eles; o mesmo destino do Brasil, cujo território vai sendo vendido aos pedaços a estrangeiros por brasileiros sem escrúpulos... Brasil da displicência, Brasil do abandono. Brasil de tantos messias que não sabem sociologia...

(PAULO DUARTE, 1970, p. 372)¹

A abordagem sobre os dilemas que envolvem o tratamento de acervos arqueológicos no Brasil tem recebido atenção de muitos profissionais, estudantes e instituições de pesquisa e de preservação patrimonial nas últimas décadas. É possível sublinhar que Paulo Duarte² tenha sido a primeira voz mais eloquente e obstinada a favor dos estudos e da proteção dos vestígios das sociedades que nos precederam. Hoje, é possível reconhecer que esta abordagem tem sido uma preocupação transgeracional³ e tem impulsionado ações individuais e coletivas no que se refere à identificação das características e dos problemas e à proposição de soluções que levem em consideração não só a pesquisa, mas os seus necessários desdobramentos de tratamento patrimonial e divulgação museológica.

Algumas dessas abordagens têm um escopo internacional e são provenientes de problemas e novas inquietações científicas globais mas outras, para além dos desafios gerais, encontram um cenário muito específico no Brasil, que tem sido verificado de forma muito detalhada por diversos(as) autores(as) em seus trabalhos acadêmicos e artigos científicos, como por exemplo: Bruno (1984, 1995, 2000, 2005, 2013/2014), Caldarelli e Bruno (1982); Moraes Wichers (2010, 2011, 2013/2014), Saladino (2013/2014), apenas para mencionar alguns(mas) autores(as)⁴. Esses mesmos profissionais e estudantes têm impulsionado movimentos coletivos – como a criação do próprio Grupo de Trabalho Acervos Arqueológicos da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) e da Rede de Museus e Acervos Arqueológicos e Etnológicos (REMMAE) – e debatido essas questões de forma sistemática e elaborado documentos de orientação e de reivindicação inerentes ao tratamento dos acervos arqueológicos entre nós.

A partir dessas considerações iniciais e rememorando análises já divulgadas em textos precedentes, neste momento, gostaria de compartilhar e recolocar algumas reflexões sobre as relevâncias, problemas e desafios, mas, pontuando que esses desafios estão sustentados por características que evidenciam uma expressiva longevidade no tempo, o que afeta a valorização das relevâncias dos acervos pelas sociedades contemporâneas. Trata-se de referendar que são questões desde sempre e, mais ainda, para sempre e, portanto, precisamos identificá-las e propor estratégias para o

¹ A citação em epígrafe contou com atualização gramatical.

² Paulo Duarte figura entre aqueles que lutaram para a aprovação da Lei 3924 de 26 de julho de 1961, de proteção dos sítios arqueológicos e matriz de uma longa lista de normativas e legislações direcionadas para os bens arqueológicos. Criou e dirigiu o Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo na década dos anos de 1960.

³ Observa-se, desde os anos da década de 1990, um crescimento exponencial de trabalhos acadêmicos voltados para a proteção do patrimônio arqueológico, como também: os desdobramentos dos eventos científicos registrados em documentos, criação de grupos de trabalhos e organização de movimentos coletivos.

⁴ Este tema, nos últimos anos, tem impulsionado a organização de dossiês em publicações da área, como por exemplo, o Dossiê “Musealização da Arqueologia e produção acadêmica: novos problemas, novos desafios”, organizado em duas partes: Parte 1. A produção Acadêmica em Musealização da Arqueologia no Brasil e Parte 2. Musealização da Arqueologia e o Legado Patrimonial no Brasil, publicado na Revista de Arqueologia 2013/2014 da Sociedade Arqueologia Brasileira.

enfrentamento dos dilemas, pois ainda teremos um indefinido tempo pela frente para a construção de argumentos que reafirmem a importância dos acervos e para a necessária experimentação de estratégias para a ressignificação, salvaguarda e divulgação deles.

Entre muitas possibilidades para discutir a problemática que envolve os acervos⁵ nos dias de hoje e de uma forma geral, especificamente os acervos arqueológicos no Brasil, foram selecionados alguns dilemas para serem abordados neste texto, aqui organizados em sete segmentos de análises, a saber:

1. Acervos refletem atitudes individuais e coletivas que as sociedades têm implementado em nome do colecionismo desde os mais remotos tempos e que, paulatinamente, têm acompanhado processos sociais, refletindo distintas dimensões de poder; as mudanças dos tempos históricos; a produção do conhecimento que se renova sistematicamente; as diferenças territoriais; e as diversas características identitárias: o colecionismo como matriz simbólica e operacional.
2. Acervos têm servido para a compreensão de identidades culturais, temporalidades sócio-históricas e determinações territoriais, mas também operam como forças para as negociações culturais, para a administração dos sistemas de memória e para a opressão social e econômica entre distintos indivíduos e grupos sociais: a longevidade dos acervos.
3. Acervos são apropriados por instituições formatadas com a finalidade de pesquisa, preservação e musealização, podendo ser sistematicamente ressignificados e, ainda, abandonados, roubados, destruídos e menosprezados: o uso dos acervos.
4. Acervos têm sido a força alavancadora para a constituição e fortalecimento de muitos ramos do conhecimento, ensejando a identificação de distinções tipológicas e sinergias de aproximações que explicam os ambientes e as sociedades ao longo tempo e do espaço geográfico; caracterizando perfis profissionais e contribuindo para experimentações interdisciplinares e multiprofissionais a sua volta: a pesquisa e a geração de conhecimento.
5. Acervos evidenciam indicadores de memórias e referências culturais e têm a vocação para servir à educação para o patrimônio, para os direitos humanos e para a identidade em todas as suas dimensões: a educação e o exercício da cidadania.
6. Acervos e as suas necessidades correspondentes ao estudo e à preservação exigem procedimentos que identificamos como curatoriais e as suas perspectivas de extroversão impõem que esses procedimentos sejam qualificados como museológico-curatoriais e colaborativos: as ações interdisciplinares, multiprofissionais e processuais.
7. Acervos, quando reconhecidos como conjuntos de referências patrimoniais materiais e imateriais, servem à valorização das grandes e multifacetadas expressões de humanidade, mas, ao mesmo tempo, documentam importantes tragédias e opressões sócio-históricas: a vida dupla dos acervos.

Os acervos arqueológicos, evidenciados e preservados ao longo dos séculos, permitem análises, entre outras, referentes aos sete segmentos acima elencados. No enquadramento brasileiro⁶, tais acervos exigem que essas análises sejam contextualizadas

⁵ Cabe sublinhar que, em outros países, o que entendemos por “acervo” é tratado por “coleção”, de acordo com as publicações acadêmicas e documentos normativos das mais diversas origens. Para a compreensão deste texto o termo acervo será utilizado como um conjunto de coleções.

⁶ A expressão “enquadramento brasileiro” não deixa de levar em consideração as expressivas diferenças regionais.

em nossa trajetória de território colonizado; em uma nação federativa e de dimensões continentais, com longos anos de governos autoritários e alguns períodos de democracia; e em um país que tem construído os seus caminhos sócio patrimoniais entre tradições e rupturas preservacionistas. Mas, de uma forma geral, também podemos aplicar entre nós a ideia de que acervos arqueológicos (e mesmo os de outras tipologias) desvelam problemas desde sempre e representam problemas para sempre, pois de alguma forma são responsáveis pelo desvelar do que há de muito significativo em nossas sociedades ao longo do tempo, como também não nos deixam esquecer de tudo que há de mais perverso na trajetória da humanidade. São expressões e indicadores de memórias.

Essa reconhecida vida dupla dos acervos, atrelada aos meandros técnico-científicos curatoriais, dependentes da superação de muitos paradigmas científicos e, ao mesmo tempo, do convívio sócio comunitário, nos leva a considerar a importância das políticas públicas concebidas, realizadas e avaliadas sistematicamente no que se refere às projeções que podem ser consideradas a partir dos usos dos acervos. Projeções essas responsáveis pela abertura de horizontes para que a educação que conta com indicadores de memórias em sua pedagogia impulse uma visão crítica para o exercício da cidadania.

Nesse sentido, não se enquadra uma visão ingênua relativa ao desvelar e ao cuidar de acervos enquanto conjunto de indicadores de memórias. Ao contrário, o tratamento e a preservação de acervos estão subordinados às perspectivas políticas em suas distintas conjunções e abordagens: tanto o estudo, o tratamento e a preservação quanto a negligência e o abandono.

A LONGEVIDADE QUE ENVOLVE AS QUESTÕES SOBRE ACERVOS

Diversos autores(as) se debruçam na construção histórica sobre os acervos, especialmente, abordando a historicidade das instituições de guarda, notadamente, os museus. Da mesma forma, essas análises explicitam movimentos transnacionais; reiteram o papel de destaque dos processos de colonização que entrelaçam os diversos continentes em conjunturas culturais comuns e expressivos dramas humanitários; mobilizam fontes documentais em diferentes suportes, tanto de caráter privado quanto público, entre muitas outras facetas dessa edificação. Esses estudos apontam que o colecionismo, entendido como base geradora dos acervos e de muitas instituições museológicas, tem atravessado os séculos, atingindo o seu auge entre os séculos XIX e XX, já com reflexos de diásporas que implementaram estas tradições em diversos continentes, especialmente, a tradição de constituir instituições em torno de acervos.

É possível reconhecer que as coleções e acervos, ao longo do tempo, evidenciam muitas reciprocidades e muitos antagonismos entre os universos privados e públicos das sociedades.

Conforme aponta Krzysztof Pomian,

...uma coleção, isto é, qualquer conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das actividades económicas, sujeitos a uma proteção especial num local fechado preparado para este fim, e expostos ao olhar público (POMIAN, 1984, p. 53).

Diz também que certas peças de coleção são fonte de prazer estético; que outras – e por vezes são as mesmas – permitem adquirir conhecimentos históricos e científicos. Enfim, observa-se que o facto de as possuir confere prestígio, enquanto testemunham o gosto de quem as adquiriu, ou as suas profundas curiosidades, ou ainda a sua riqueza ou generosidade, ou todas as qualidades conjuntamente. Não é o caso para espanto, então, que se encontrem pessoas que queiram apropriar-se de tais objetos e que para atingirem este fim sacrifiquem uma parte de suas fortunas; ou outras que, não podendo apropriar-se de tais objetos, queiram ter pelo menos o direito de olhá-los.

Donde o aparecimento de uma procura, que atribui um valor aos objetos que virtualmente são peças de colecções, e cria um mercado. Donde também a pressão exercida sobre o Estado para que torne possível o acesso a estes bens àqueles que não podem comprá-los nem o prazer estético, nem os conhecimentos históricos e científicos, nem o prestígio (POMIAN, 1984, p. 54)⁷.

Com essas palavras o autor articula diversas questões inerentes ao universo dos acervos. Por um lado, sinaliza para os processos de seleção e de novos enquadramentos individuais e coletivos e, por outro, aponta para o que circunda essas questões, como as variáveis do mercado, as implicações em políticas públicas de Estado, as expectativas sociais em relação à apreciação estética e à obtenção de conhecimento. Cabe sublinhar que os vestígios, fragmentos, artefatos, resíduos, ruínas, monumentos, entre outros segmentos reconhecidos, estudados e valorizados pela Arqueologia estão imersos desde sempre nessas questões.

A atitude humana de extrair da realidade⁸ elementos, fragmentos, coisas materiais, para protegê-los e com isso formar coleções e acervos, foi incorporada pelas sociedades ao longo do tempo. Isso contribuiu para a formatação de uma lógica de procedimentos inerentes ao estudo, à preservação e à extroversão dessas coisas valorizadas, lógica essa que está na base da organização de instituições especializadas. Tal lógica tem se sofisticado ao longo dos tempos, gerando um caleidoscópio de ramos de pesquisa e de produção de conhecimento, de profissões e de ações técnicas. Ela é responsável também pela elaboração de normas, legislações, manuais, entre outras conquistas que o trabalho sistemático sobre acervos tem gerado.

A maturidade técnica e científica aqui indicada, originada a partir do reconhecimento de que acervos constituídos exigem tratamentos específicos, tem levado à construção de convicções de que a necessidade de proceder à cura desses conjuntos transformados em acervos exige a ação curatorial⁹ ou, mais precisamente, está subordinada aos processos curatoriais. Trata-se, entretanto, de construções de convicções que trilharam e ainda trilham distintos percursos, permeadas por olhares provenientes de diversos campos de conhecimento, inseridas em contextos socioeconômicos com perfis muito distintos e com disponibilidades incomparáveis de recursos (financeiros, técnicos e científicos) para a realização das ações necessárias. Refletir e agir em relação a processos curatoriais exige a compreensão de que abordamos, sempre, cenários institucionais – públicos e privados – com enormes diferenças.

Neste contexto de longevidade, cabe ênfase para o momento em que essas convicções passaram a identificar novas necessidades para as ações curatoriais em relação aos acervos. Refiro-me, em especial, à passagem entre os séculos XIX e XX, quando a projeção das exposições e ações educacionais passaram a ser consideradas e valorizadas de uma forma mais ampla no que se refere ao tratamento dos acervos. Assim, a extroversão trouxe novos paradigmas e desafios inéditos, considerando que a ação de comunicação passou a fazer sentido e impôs outros problemas àqueles que têm sido responsáveis por acervos.

A MUSEALIZAÇÃO QUE ACOLHE A LONGEVIDADE DA TRAJETÓRIA DOS ACERVOS

Os pontos, aqui realçados em função das ações curatoriais inerentes aos acervos, levam em consideração as instituições que ao longo dos séculos foram formatadas para

⁷ Nesta citação foi respeitado o texto original em português de Portugal.

⁸ O uso desse termo está vinculado à evidência do que existe, ao real, aquilo que pode ser visto, percebido e interpretado.

⁹ Embora nos últimos anos as expressões curadoria e processo curatorial tenham sido aplicadas em contextos muito alargados, aqui indicam o conjunto de ações voltadas aos processos de pesquisa, de tratamento e extroversão dos acervos.

cumprirem com essas finalidades e estão na base da construção dessas convicções. Refiro-me, sobretudo, aos museus¹⁰, considerando sua longa trajetória comprometida com heranças dos gabinetes de curiosidades, antiquários, estúdios, fóruns de debates, laboratórios de pesquisa, espaços educacionais, entre outras características. Heranças essas ainda presentes com sintomas muito nítidos na contemporaneidade, mas que têm se articulado com os novos olhares e novos argumentos subordinados à dinâmica dos processos museológicos e às perspectivas dos processos de musealização.

A partir de um olhar retrospectivo é possível identificar que sob a identidade de Museu de Arqueologia acumula-se, nos dias de hoje uma multiplicidade de características museológicas que indica um passado comprometido com aspectos relevantes da história dos museus, no que diz respeito à importância do colecionismo para estas instituições, como também, a evidente parceria com diferentes fases das descobertas e da pesquisa arqueológica nos últimos séculos. Outro aspecto marcante dessas instituições está vinculado ao caráter universalista de seu conteúdo, constituído de coleções difusas no tempo e no espaço. Da mesma forma, pode-se afirmar que, nas últimas décadas, esses museus têm servido também para o tratamento patrimonial da memória local, elevando-a, algumas vezes, ao patamar das referências nacionais e universais. Os museus de Arqueologia existem em todos os continentes, ainda reconhecidos como centros de pesquisa, vinculados em sua maioria às universidades e responsáveis por parcelas significativas do patrimônio que tem sido preservado ao longo dos séculos (...). As coleções arqueológicas estão na gênese da história dos museus. Amparados em alguns séculos de investigação e interesse pelo passado, pelo exótico e pelo diferente, esses acervos foram constituídos, de uma certa forma, para diminuir a distância entre as sociedades que vivem em tempos distintos. Espelham, também, a colonização, o saque e a destruição de alguns povos por outros. Sobretudo, esses acervos, espalhados em museus de portes diferentes, podem sinalizar aspectos inerentes à longevidade e diversidade da herança patrimonial dos seres humanos (BRUNO, 1999, p. 35-36).

A partir do século XX, é possível considerar que, para os acervos constituídos e organizados de acordo com a lógica dos museus, têm sido impostas novas rotas, percepções inéditas e responsabilidades que se renovam a cada momento. Há uma nítida convicção de que (i) os museus precisam não só proceder ao tratamento dos acervos a partir de ações de estudo, salvaguarda e comunicação, mas que essas ações precisam interferir na realidade, permitindo novos olhares e a elaboração de novos argumentos; (ii) as atividades museológicas devem ressignificar os acervos; (iii) a educação a partir dos indicadores de memórias deve ser um princípio ético dessas instituições; e (iv) todas as suas ações têm uma razão e um propósito políticos.

Essa convicção ainda tem sido permeada pela constatação de perspectivas mais inovadoras, como por exemplo: a compreensão da relevância da reciprocidade entre acervos materiais e imateriais; o entendimento sobre a importância do ambiente digital e das múltiplas tecnologias nesse contexto de inovações; e a constatação de que as ações curatoriais são dependentes de atividades coletivas quer sejam interdisciplinares no âmbito de uma instituição, quer sejam comunitárias em contextos compartilhados.

A longevidade em relação à convivência das sociedades com os acervos, aqui apenas pontuada com vistas à projeção de alguns aspectos, tem dado a oportunidade (i) de um repensar sobre questões éticas; (ii) de um reposicionamento técnico e científico para a projeção mais nítida da necessidade do emprego de verbas públicas em ações curatoriais; (iii) de buscas incessantes sobre novas metodologias de trabalho mais inclusivas e

¹⁰ A referência a museu não deixa de prestar atenção também a outros modelos de instituição responsáveis por acervos.

responsáveis; e, sobretudo, (iv) de encontro de uma função social mais nítida para os processos curatoriais. O tempo, em um certo sentido, tem legado possibilidades de mudanças expressivas nesse contexto e, de alguma forma, tem desvelado a imperiosa necessidade de transformações e rupturas.

Esse tempo percorrido, no caso das constituições e tratamentos dos acervos arqueológicos no Brasil, tem recebido muita atenção – às vezes de forma progressiva e em outras com grandes hiatos – no que se refere à compreensão sobre as reciprocidades entre construção de conhecimento e produção de acervos; no que diz respeito à identificação de vulnerabilidades entre legislação preservacionista e ações curatoriais; como também no que tange à cumplicidade entre os modelos de desenvolvimento socioeconômico e as estratégias de uso qualificado dos bens patrimoniais.

Nesta trajetória¹¹, cujo início pode ser identificado no final do século XIX, que entrelaça pesquisa, ensino, tratamento preservacionista, processos de musealização, educação patrimonial e outras esferas de ações públicas e privadas, é possível verificar onze movimentos ao longo dos anos: (I) o tempo do pioneirismo e dos amadores que, atuando em outras frentes, se interessaram pelo passado e empreenderam buscas de seus vestígios; (II) os olhares estrangeiros voltados ao conhecimento do passado do território brasileiro que focaram diferentes regiões, capacitaram equipes e dialogaram com instituições; (III) as trincheiras que foram necessárias para que a legislação preservacionista alcançasse os vestígios arqueológicos, protegendo-os enquanto bens patrimoniais; (IV) a formação de equipes de estudantes e pesquisadores, que iniciaram os estudos sistemáticos em grandes áreas do território nacional, produzindo explicações sobre as sociedades que precederam os períodos da colonização e mesmo avançando para outros momentos da trajetória do país; (V) a realização de estudos acadêmicos em larga escala, confrontando teorias, linhas metodológicas, estratégias interdisciplinares e refletindo as diversas frentes de formações profissionais e de estudos pós-graduados; (VI) o despertar para a importância das conexões entre estudos, acervos arqueológicos e processos museológicos, educacionais e de difusão científica; (VII) as reações aos impactos ambientais e à legislação preservacionista, permitindo a explosão de atividades de pesquisa, a expansão das opções profissionais para além das instituições públicas, alcançando a valorização do mercado e a convivência e cumplicidade com os grandes projetos de desenvolvimento do país; (VIII) a projeção das atividades museológicas e de educação patrimonial em diferentes contextos comunitários e socioeconômicos, com ações internas e externas às instituições de pesquisa; (IX) a mobilização de estudantes e profissionais em torno de causas comuns a partir da participação em associações, redes e grupos de pesquisa; (X) a conscientização em relação à necessidade de atenção aos acervos e à reavaliação sobre as necessárias conexões entre pesquisa, salvaguarda e ensino, referentes aos procedimentos arqueológicos e suas cumplicidades com as teorias, metodologias e funções das ações museológicas; (XI) o olhar de investigação orientado para temas marginalizados pelas pesquisas, o acolhimento a novos acervos desprezados pelos estudos normativos e a atuação comunitária e colaborativa como base para ações que geram acervos.

Esses movimentos podem ser compreendidos em uma escala cronológica. Devem ser percebidos em suas tradições e rupturas e em ações de aproximações e estranhamentos, mas, em especial, precisam ser reconhecidos e interpretados para que

¹¹ É importante ressaltar que essa trajetória tem recebido atenção de inúmeros profissionais, nas diferentes regiões do país, resultando em muitas publicações que desvelam novos processos, identificam momentos de rupturas e analisam a “questão arqueológica” brasileira sob diferentes ângulos, como já referido na nota de rodapé 5 deste texto.

seja possível ampliar a importância da Arqueologia como campo de ensino e pesquisa e os acervos arqueológicos como itens estruturantes de nossa memória identitária.

São esses os desafios para que a longevidade da trajetória dos acervos possa ser realmente acolhida pelos processos de musealização.

A LONGEVIDADE, O FUTURO DOS ACERVOS E O PAPEL DA MUSEALIZAÇÃO

Ao reconhecermos que os acervos aportam e potencializam características de longa duração e se espalham por distintos territórios geográficos, as perspectivas aqui enunciadas nos levam a considerar que é fundamental que a sua perenidade seja garantida de forma a produzir ressignificações, conhecimentos novos, tratamentos adequados de salvaguarda e projeções múltiplas de comunicação.

Nesse sentido, é fundamental valorizar a importância das abordagens museológico-curatoriais (conservação, documentação, exposição e ação educativa), planejadas e executadas a partir de estratégias que envolvam e consolidem cadeias operatórias de ações técnicas e científicas, em que vários profissionais precisam atuar de forma organizada e em sinergia. Essa cadeia operatória, por sua vez, implica em cumplicidades, reciprocidades e produções coletivas que, normalmente, nos acostumamos a chamar de processos interdisciplinares e multiprofissionais. Da mesma forma, é possível reconhecer que esses procedimentos podem ser compartilhados com grupos comunitários e diferentes segmentos da sociedade.

Hoje, compreendemos que é possível submeter os acervos arqueológicos a novas questões abrindo perspectivas de ressignificação; sabemos que existem as potencialidades de abordagens de inéditos e importantes problemas para a contemporaneidade, como a discussão sobre os processos de decolonização, a projeção de argumentos de gênero, a popularização de nuances identitárias, o entendimento sobre as hierarquias sociais, entre muitas outras possibilidades. Cada vez mais verificamos a relevância de inserir os acervos em cenários interpretativos no âmbito de paisagens culturais e contextualizá-los nas dimensões das memórias individuais, coletivas e históricas.

Os processos de musealização recebem as heranças historicamente constituídas em função da longevidade dos problemas dos acervos, buscando a sua projeção futura para o enfrentamento dos problemas contemporâneos. Nesse sentido, para a longevidade desses processos, é fundamental uma inflexão, um mergulho, um aprofundamento nos paradigmas que envolvem os conceitos e as práticas referentes à musealidade e que se refletem nas estratégias substanciais para a implementação de ações museológicas com vistas à constituição de processos de musealização, mais especificamente processos de Musealização da Arqueologia.

Entre muitas ideias que giram em torno dos conceitos acima referidos, é possível abrir um caminho de reflexão que nos conduz à compreensão sobre musealidade como a potencialidade inerente às coisas, aos vestígios, às expressões, sujeita aos olhares, a percepções e às seleções, ou seja: o fruto de olhares que identificam e valorizam. No caso da musealidade aplicada à Arqueologia, é possível projetar a ideia de que esse olhar seletivo é derivado de premissas de pesquisa e contextualizado com preocupações interdisciplinares.

Os resultados dessas percepções e seleções podem ou não ser interpretados a partir de contextos históricos, circunstâncias geográficas, especificidades inerentes aos problemas científicos projetados, entre outros fatores, que devem contribuir para as explicitações das camadas estratigráficas que constituem temporalidades socioculturais. Esses indicadores de musealidades permitem o enquadramento no universo dos vestígios, coleções e acervos, e incorporados como bens patrimoniais e uma vez

preservados, podem alçar o patamar de herança cultural. Da mesma forma, esses indicadores podem ser sistematicamente ressignificados, mas também podem trilhar o destino dos abandonos patrimoniais.

Reiteramos abordagem precedente quando colocamos,

O interesse está centrado na decodificação dos elementos que constituem os processos de Musealização da Arqueologia em seus domínios teóricos e estratégias metodológicas. Não se trata da apresentação de mais uma tendência e sim da indicação de um equilíbrio mais adequado entre os campos da Arqueologia e Museologia no que tange às ações de preservação, valorização, extroversão e educação dos contextos culturais que têm nos bens arqueológicos o eixo gerador de ações patrimoniais.

De acordo com Shanks e Tylley (1992), pode-se compreender por musealização a elaboração de um sistema estético para criar significados. Já Waldisa Rússio Guarnieri (1990) aponta que, ao projetarmos as intenções de documentalidade e fidelidade quando musealizamos os objetos e artefatos, estamos procurando construir informações, o que pressupõe a transmissão de conhecimento afetivo / cognitivo), a realização do registro (daquilo que foi identificado) e o acesso aos mecanismos da memória (sistematização de ideias). Entre as colocações desses autores, pode-se inferir que os processos de musealização estão vinculados à valorização e à sistematização dos sentidos e significados extraídos das referências culturais que são alvo da atenção museológica (BRUNO, 2013/2014, p. 7).

Com isso, queremos sublinhar que tanto a musealidade quanto a musealização são dependentes de ações que, por sua vez, são subordinadas a princípios éticos, conjunturas socioculturais e domínios de técnicas e tecnologias. Enquanto a musealidade está na gênese do processo, a musealização pode ser compreendida como a metodologia que consubstancia o processo, com a potencialidade de gerar conhecimento, valorizar indicadores de memórias e contribuir para a compreensão sobre o nosso contexto histórico e, sobretudo, impulsionar novas ações e reações no presente.

Os acervos, em especial os acervos arqueológicos no Brasil, nos trazem problemas e preocupações desde sempre e, com certeza, nos conduzem a enfrentamentos e tentativas de superação de problemas para sempre. Nesse cenário delineado pelo passado, desenhado no presente e projetado para o futuro, é possível vislumbrar que os processos de Musealização da Arqueologia reúnem fortes potencialidades para o estabelecimento de necessárias sinergias interpessoais, muito necessárias para o desvelar das estratigrafias do abandono, ainda muito nítidas nos contextos da Arqueologia no Brasil.

Ao terminar este texto, quando tive a especial possibilidade de compartilhar algumas reflexões, voltei à leitura do primeiro artigo que escrevi em coautoria com a arqueóloga e grande parceira Solange Bezerra Caldarelli, publicado em 1982 – “Arqueologia e Museologia: Experiências de um trabalho integrado. Pesquisas e Exposições do Instituto de Pré-História” – na Revista de Pré-História. Nesse artigo, relatamos as nossas experiências entrelaçadas entre a Arqueologia e Museologia, com diferentes comunidades, e sobretudo, depositamos o início da construção de nossas convicções e dos nossos sonhos profissionais. Por isso, agradeço muito à Solange por ter respeitado e encorajado os caminhos da Musealização da Arqueologia.

Dedico este texto à memória de Paulo Duarte, por tudo que ele representa ainda hoje no que se refere às políticas públicas direcionadas à preservação patrimonial; e às novas gerações de estudantes e profissionais, que têm demonstrado que é possível conjugar o verbo esperar!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. *O Museu do Instituto de Pré-História: um museu a serviço da pesquisa científica*. 1984. Dissertação (Mestre em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1984.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. *Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema*. 1995. Tese (Doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1995.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. *Museologia: A luta pela perseguição ao abandono*. 2000. Tese (Livre-Docência). Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo. 2000.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Arqueologia e antropofagia: a musealização de sítios arqueológicos. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Museus: antropofagia da memória e do patrimônio*. Iphan: Rio de Janeiro, n° 31, p. 234-247, 2005.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira Bruno. Musealização da Arqueologia: caminhos percorridos. *Revista de Arqueologia*. Sociedade de Arqueologia Brasileira. São Paulo, vol. 26, n° 2, vol. 27, n° 1, p. 4-15, 2013/2014.
- CALDARELI, Solange Bezerra; BRUNO, Maria Cristina Oliveira. *Arqueologia e Museologia: Experiências de um trabalho integrado. Pesquisas e Exposições do Instituto de Pré-História*. Revista do Instituto de Pré-História, Universidade de São Paulo, São Paulo, vol. 111, n° 4, p. 143-191, 1982.
- DUARTE, Paulo. *Fontes de Pesquisa Pré-Histórica*. Separata de Estudos de Pré-História Geral e Brasileira p. 347-442. Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1970.
- MORAES WICHES, Camila de A. *Museus e Antropofagia do Patrimônio Arqueológico: (des) caminhos da prática brasileira*. 2010. Tese (Doutoramento em Museologia). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Portugal. Lisboa, 2010.
- MORAES WICHES, Camila de. *Patrimônio Arqueológico Paulista: proposições e provocações arqueológicas*. Tese (Doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.
- MORAES WICHES, Camila de A. Dois enquadramentos, um mesmo problema: os desafios da relação entre museus, sociedade e patrimônio arqueológico. *Revista de Arqueologia*. Sociedade de Arqueologia Brasileira. São Paulo, vol.26, n° 2. vol. 27, n° 1, p.16-39, 2013/2014.
- POMIAN, Krzysztof. Coleção. *Enciclopédia Einaudi Memória – História*. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda vol.1, p.51-86, 1984.
- SALADINO, Alejandra. IPHAN, Arqueólogos e Patrimônio Arqueológico Brasileiro: um breve panorama. *Revista de Arqueologia*. Sociedade de Arqueologia Brasileira. São Paulo, vol.26, n° 2, vol.27, p. 40-57, 2013/2014.